

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA - DFD

DE: COMISSÃO DE COMPRAS

PARA: MARCOS ANTONIO MACHADO EVANGALISTA

ASSUNTO: Solicitação de abertura de processo de Dispensa de licitação na forma física.

Em atenção ao disposto na Lei Federal nº. 14.133/21, venho por meio deste solicitar a Vossa Excelência, autorização para abertura de Processo Licitatório correspondente a realização da contratação referida abaixo, uma vez que o objeto da despesa se enquadra ao inciso II, do art. 75 Lei Federal nº 14.133/21.

1 – OBJETO E REQUISITOS GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Objeto:

1.1 - Prestação de serviço técnico especializado para fornecimento de licença de uso de sistema de publicações oficiais, informativos, controle de processos internos e atendimento ao cidadão, disponibilizado em sítio eletrônico gerenciável por meio de painel administrativo, incluindo:

- Migração de dados do portal atualmente utilizado;
- Capacitação e treinamento dos usuários indicados pelo PREVIJOP;
- Hospedagem do sistema;
- Manutenção corretiva, preventiva e evolutiva;
- Suporte técnico contínuo;
- Desenvolvimento de melhorias evolutivas, conforme necessidade institucional.

É expressamente vedada a subcontratação total ou parcial dos serviços.

1.2 Serviços de Hospedagem de Correio Eletrônico Institucional

Prestação de serviço técnico especializado para fornecimento de hospedagem de contas de e-mail governamentais ilimitadas, observada a capacidade do espaço contratado, incluindo:

- Disponibilização de painel administrativo para gestão dos e-mails institucionais;
- Criação, exclusão e alteração de senhas das contas de e-mail;
- Garantia de segurança, disponibilidade e integridade das comunicações eletrônicas.

É expressamente vedada a subcontratação total ou parcial dos serviços relacionados à hospedagem e gestão das contas de e-mail governamentais.

1.3 - Descrição detalhada da aquisição, quantidade e valor médio:

Item	Descrição/Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Valor unitário	Valor total
01	Prestação de serviço técnico especializado para fornecimento de licença de uso de sistema de publicações oficiais, informativos, controle de processos internos e atendimento ao cidadão, em sítio eletrônico gerenciável por painel administrativo, incluindo, migração de dados do portal atual, capacitação dos usuários, hospedagem manutenção, suporte e	UN	12	R\$516,66	R\$6.199,00

	desenvolvimento de melhorias evolutivas. É expressamente vedada a subcontratação total ou parcial do serviço. Prestação de serviço técnico especializado para fornecimento de hospedagem de ilimitadas contas de e-mail governamentais com base no espaço contratado. Para gestão dos e-mails, é indispensável a disponibilização de painel de gestão para criação, exclusão e mudança de senhas dos e-mails. É expressamente vedada a subcontratação total ou parcial do serviço.				
--	---	--	--	--	--

1.4 - O valor da média estimada da contratação é de R\$ 6.199,00 (seis mil e cento e noventa e nove reais).

Justificativa do preço

1.5— Para subsidiar a presente contratação de empresa especializada na manutenção do site institucional do PREVIJOP, foram realizados levantamentos de preços junto a fornecedores do ramo, inclusive da região, com a obtenção de orçamentos formais, os quais apresentaram valores superiores ao orçamento da empresa selecionada.

Dessa forma, restou evidenciado que a proposta escolhida é a mais vantajosa para a Administração, sob o aspecto econômico. Registra-se que foi realizado levantamento prévio dos custos, concluindo-se que os valores constantes do balizamento de preços são compatíveis e aceitáveis pela Administração.

Ressalta-se, ainda, que, apesar das tentativas de obtenção de propostas junto a outros potenciais fornecedores, em razão da limitação do mercado local, apenas a empresa selecionada apresentou proposta formalizada, com disponibilidade para execução dos serviços dentro das condições técnicas e dos prazos necessários. Por fim, destaca-se que o PREVIJOP já possui conhecimento da qualidade dos serviços prestados pela empresa contratada, o que reforça a segurança da contratação, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público.

1.6 - As cotações foram realizadas conforme o artigo 23 da Lei 14.133/2021 e regulamento Municipal, sendo anexadas a este pedido.

1.7 - DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO

Além dos requisitos gerais já estabelecidos, a solução tecnológica a ser contratada deverá contemplar, de forma integrada, módulos funcionais, acessíveis por meio de painel administrativo, observando critérios de usabilidade, segurança da informação, desempenho e conformidade legal.

Módulos Funcionais Mínimos Exigidos

Dashboard: painel de controle com informações estatísticas consolidadas do sistema, últimas atualizações, mensagem institucional, canais de contato e suporte, permitindo análise rápida e eficiente do desempenho da plataforma.

Controle de Acesso (ACL): módulo para gerenciamento de usuários, perfis e permissões, possibilitando controle granular de acesso às funcionalidades do sistema.

Agendamento Online: ferramenta para disponibilização de serviços de agendamento eletrônico à população, de forma acessível e eficiente.

Álbum de Fotos: módulo para criação, gerenciamento e publicação de álbuns de eventos e atividades institucionais, com controle de permissões e descrições.

Alertas: funcionalidade para publicação de comunicados e avisos relevantes em destaque no portal, com suporte a textos, imagens, vídeos, links e documentos.

Ata de Abertura: módulo para cadastro e divulgação de atas de abertura, com possibilidade de integração ao módulo de licitações.

Ata de Registro de Preço: módulo para registro, organização e disponibilização das Atas de Registro de Preço.

Audiência Pública Online: ferramenta para realização e divulgação de audiências públicas presenciais e virtuais, com consulta e participação dos cidadãos.

Banners (Primário e Secundário): gerenciamento de banners institucionais, permitindo inclusão, edição e organização conforme a necessidade.

Carta de Serviços: módulo para divulgação clara dos serviços prestados pelo PREVIJOP, em conformidade com a Lei nº 13.460/2017, incluindo mecanismos de avaliação de satisfação.

Central de Ajuda: sistema de abertura e acompanhamento de chamados internos, visando melhorar a comunicação e o suporte técnico.

Comissões e Conselhos: cadastro e gerenciamento de informações relativas a comissões e conselhos, com controle de membros, documentos, notícias e fotos.

Concurso e Processo Seletivo: divulgação de concursos e processos seletivos, incluindo editais, listas de inscritos, resultados e documentos correlatos.

Configurações do Sistema: módulo para definição e ajuste das configurações gerais do portal.

Contas Públicas: publicação de balancetes, relatórios, receitas, despesas, pareceres e demais documentos financeiros, com categorização e anexação ilimitada.

Contratos: cadastro, organização e consulta de contratos administrativos, com categorização, controle de permissões, modalidades e possibilidade de integração com Diário Oficial Eletrônico.

Controle de Numeração de Documentos: gerenciamento da emissão e numeração sequencial de documentos oficiais.

Departamentos: cadastro e gerenciamento da estrutura organizacional, competências, responsáveis e informações institucionais.

Enquetes: criação de enquetes públicas com geração de relatórios estatísticos.

Estrutura Institucional: publicação de imagens e informações da estrutura física institucional.

Eventos: divulgação de eventos institucionais em formato de calendário.

Glossário: cadastro de termos e definições para facilitar a compreensão dos conteúdos públicos.

Legislação: gerenciamento de legislações diversas, com categorização, histórico e status de vigência.

Licitações: divulgação de processos licitatórios, documentos, categorias e acompanhamento de interessados.

Log do Sistema: registro detalhado das ações realizadas pelos usuários, para fins de auditoria, segurança e controle.

Menu e Páginas: criação e gerenciamento de menus, links e páginas institucionais.

Notícias: publicação de notícias institucionais com categorização e destaque.

Ouvidoria: canal eletrônico para registro, acompanhamento e tratamento de manifestações dos cidadãos.

SIC: módulo para gestão dos pedidos de acesso à informação, conforme a Lei nº 12.527/2011.

Perguntas Frequentes: módulo de apoio ao cidadão com respostas às dúvidas recorrentes.

Protocolo: sistema de registro, acompanhamento e tramitação de documentos e processos internos.

TV Previdência: vinculação e exibição de vídeos institucionais hospedados em plataformas externas.

Contratação Direta: sistema eletrônico para registro e condução de processos de contratação direta, com automação de cotações.

Dados Abertos: disponibilização de informações públicas para download em formatos abertos (JSON e XML).

Crachás: ferramenta para geração de crachás de servidores com QR Code e validação de vínculo funcional.

Período Eleitoral: funcionalidade para adequação do portal às exigências da Lei nº 9.504/1997, com possibilidade de suspensão temporária de conteúdos caracterizados como publicidade institucional.

2 - JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERANDO O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.

Justificativa da necessidade da contratação

2.1 - A equipe administrativa do PREVIJOP, visando ao fornecimento de licenças de uso de ferramentas essenciais que possibilitem a publicação de atos administrativos e informativos oficiais, a transparência da gestão e a adequada comunicação institucional, justifica a presente contratação com base na adoção de boas práticas de gestão pública em benefício dos segurados e da coletividade.

A contratação fundamenta-se, principalmente, na necessidade de alinhamento às exigências legais de âmbito municipal, estadual e federal, bem como ao dever constitucional de publicidade dos atos administrativos. Para assegurar a adequada execução dessas medidas, mostra-se imprescindível a contratação de empresa especializada no fornecimento do objeto descrito neste Documento de Formalização da Demanda, considerando que o PREVIJOP não dispõe, em seu quadro funcional, de profissionais qualificados nas áreas técnicas necessárias para a criação, desenvolvimento, manutenção e evolução contínua de portal institucional e sistemas correlatos.

2.2 É fundamental garantir que pessoas com diferentes habilidades e necessidades possam acessar e interagir com o sítio eletrônico institucional, assegurando igualdade de acesso aos serviços e informações públicas, em observância aos princípios da acessibilidade, inclusão e interesse público.

2.3 Considerando o crescente uso de dispositivos móveis para acesso à internet, torna-se essencial que o portal institucional seja responsivo, adaptando-se automaticamente a diferentes tamanhos de tela e dispositivos, proporcionando experiência intuitiva, eficiente e de qualidade aos usuários, sem a necessidade de instalação de aplicativos.

2.4 A contratação também visa à adequação às disposições legais vigentes, em especial:

- Lei nº 13.460/2017 (Lei de Defesa do Usuário do Serviço Público);
- Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação);
- Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD);
- Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência);

Demais normas e regulamentações aplicáveis ao ambiente digital, notadamente aquelas relacionadas à privacidade e à segurança da informação.

O desenvolvimento e a manutenção de portal institucional em conformidade com os padrões atuais de desenvolvimento web garantem que o PREVIJOP atenda às exigências legais, reduza riscos operacionais e evite a aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento normativo.

Resultados esperados:

Com a contratação da solução tecnológica, pretende-se alcançar os seguintes resultados:

- Disponibilizar informações públicas de forma clara, acessível e atualizada, assegurando o controle social e a adequada prestação de contas à população.

- Criar e manter portal institucional intuitivo e acessível a todos os cidadãos, inclusive às pessoas com deficiência, em conformidade com as diretrizes de acessibilidade digital previstas na legislação vigente.
- Garantir navegação simples, rápida e eficiente, favorecendo a usabilidade e o fácil acesso às informações disponibilizadas.
- Manter o portal permanentemente atualizado, em tempo real ou dentro dos prazos legais e administrativos estipulados, assegurando a confiabilidade das informações publicadas.
- Capacitar e treinar a equipe responsável pela gestão do portal, garantindo a operação eficiente do sistema e a autonomia do PREVIJOP na atualização de conteúdos.
- Como resultado final, espera-se a disponibilização de um portal funcional, legalmente adequado, acessível, seguro e eficiente, que promova a transparência, fortaleça a comunicação institucional e atenda às exigências legais de publicidade e acesso à informação.

Razão da escolha do contratado

2.5 A contratação será realizada por **dispensa de licitação**, nos termos do **art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**, considerando que o **valor estimado da contratação encontra-se dentro dos limites legais**.

Foram realizados **levantamentos de preços junto a fornecedores do ramo**, inclusive da região, tendo sido identificado que a **proposta de menor preço** atende plenamente às exigências técnicas e operacionais para a **prestação contínua dos serviços de hospedagem, locação e manutenção do website institucional do PREVIJOP**, pelo período de **12 (doze) meses**.

Diante da inexistência de propostas mais vantajosas e considerando a **compatibilidade técnica, a qualidade dos serviços e a capacidade de execução do fornecedor**, conclui-se que a contratação proposta **atende aos princípios da economicidade, eficiência e melhor relação custo-benefício**, em consonância com o interesse público.

Justificativa para o parcelamento ou não da contratação.

2.6 - Nos termos do inciso II do art. 47 da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto deve ser avaliado sempre que técnica e economicamente viável, com o objetivo de ampliar a competitividade e assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

2.7 – Contudo, o parcelamento não se mostra aplicável à presente contratação, uma vez que o objeto consiste na prestação contínua, integrada e indivisível de serviços de hospedagem, locação e manutenção do website institucional do PREVIJOP, incluindo portal de notícias dinâmicas, armazenamento e divulgação das contas públicas. A fragmentação do objeto poderia comprometer a segurança, a compatibilidade técnica entre os sistemas, a padronização dos serviços, bem como a eficiência operacional e a continuidade do funcionamento do portal, razão pela qual a contratação deverá ocorrer de forma unificada, pelo período de 12 (doze) meses.

3 - DOTAÇÕES

Os recursos necessários para esta aquisição estão cobertos pelas seguintes dotações orçamentárias: 03.01.01.09.122.0902.2401.339040 – Serviços de TI e Comunicação – Pessoa Jurídica.

4 - CONCLUSÃO

Diante do exposto, conclui-se pela necessidade da contratação de empresa especializada em serviços de desenvolvimento, hospedagem, manutenção, monitoramento e gestão de website institucional e Portal da Transparência, visando ao fortalecimento da transparência pública, ao cumprimento das exigências legais, à melhoria da comunicação institucional e à adequada prestação de contas à sociedade.

A solução proposta contribuirá para a disponibilização de informações públicas de forma clara, acessível, segura e atualizada, assegurando o controle social, a eficiência administrativa e a padronização da comunicação digital institucional do PREVIJOP.

Solicita-se, assim, a autorização para a abertura do competente processo administrativo, com posterior encaminhamento aos agentes de contratação ou à comissão competente, para o regular processamento da contratação, nos termos da legislação vigente.

João Pinheiro-MG, 20 de Janeiro de 2026.

Estefânia Gomes de Souza
Equipe de Apoio